

Economia das armas no Termo de Mariana: 1713-1736

Arms Economics in Termo de Mariana: 1713-1736

Izabella Fátima Oliveira de Sales*

Resumo: No presente artigo procuramos discutir parte da dinâmica de distribuição das armas no termo de Mariana, utilizando como base a análise de 145 inventários existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, referentes ao período compreendido entre os anos de 1713 e 1736. Através dessas fontes foi possível mensurar a distribuição das armas entre as freguesias que compunham o Termo de Mariana, se havia uma concentração desses armamentos sob o poder de uma determinada camada da população, o valor apresentado por esses instrumentos, a relação entre a posse de armas e o nível de riqueza e também em relação ao número de escravos. Além disso, identificamos os tipos de armas mais difundidos no período abordado.

Palavras-chave: *armas; Termo de Mariana; século XVIII*

Abstract: In this article we will discuss some of the weapons distribution dynamics in Termo de Mariana, using as basis the analysis of 145 existing inventories in the Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, for the period between the years 1713 and 1736. Through these sources was possible to measure the weapons distribution among the parishes that made up o Termo de Mariana, the concentration of these weapons under the power of a particular population group, the value presented by these instruments, the relationship between gun ownership and the level of wealth and also in relation to the number of slaves. In addition, we identified the types of weapons most widespread in the period covered.

Keywords: *weapons; Termo de Mariana; eighteenth century*

(recebido em 16 de abril de 2012; aceito para publicação em 30 de setembro de 2012)

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa¹ que teve como objetivo analisar a difusão e o controle de armas² no termo de Mariana, entre os anos de 1707 e 1736. O período abordado abrange o processo de conquista e povoamento da região, onde se destaca a atuação de indivíduos cujas trajetórias foram definidas a partir de sua atuação neste contexto. Este momento é marcado por vários conflitos, que envolviam disputas por lavras, terras cultiváveis, lugares de mando, entre outros fatores. Acrescenta-se a esse quadro a instauração das instituições representativas do poder reinol - como as câmaras e as ordens militares, representadas pelos Dragões e pelas Companhias de Ordenança, além do próprio governo da capitania de Minas Gerais, cuja constituição se deu no ano de 1720.

* Professora de História da Educação no curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Leopoldina. Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente cursa doutorado em História pela mesma instituição.

1 Refiro-me à pesquisa de Mestrado em História realizada entre os anos de 2007 e 2009, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob orientação da professora Carla Maria Carvalho de Almeida. Essa pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 A fundamentação de nosso conceito teve como base a definição de Bluteau, ou seja, consideramos arma como um instrumento de guerra, ofensivo ou defensivo. Neste caso, não levamos em consideração instrumentos ou materiais que também poderiam ser utilizados como meio de ataque ou defesa, como é o caso das foices, enxadas e até mesmo pedras. C.f. BLUTEAU. D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p.501.

Partindo do contexto acima definido, analisamos a importância do porte de armas para o trabalho de ocupação do sertão, assim como o papel central da força armada particular na manutenção da ordem estabelecida e do poder metropolitano. Neste sentido, a posse de armas seria um elemento central na definição da hierarquia social, assim como o seu porte constituía um símbolo que exteriorizava tal condição.

Essa abordagem nos permitiu refletir sobre a natureza do poder que regia a sociedade de Antigo Regime, especialmente no que tange ao pacto que definia a relação entre a Coroa e seus vassallos. Neste sentido, foi possível discutir em alguma medida a questão do processo de implantação e centralização do poder monárquico na região, considerando que, o exercício da governabilidade se pautava em espaços de negociação estabelecidos entre o centro e as diversas esferas da sociedade.

Tal análise também nos permitiu refletir sobre as relações construídas entre a elite local e seus escravos ou agregados. Percebemos que para ambas as partes, a convivência respeitava a lógica de Antigo Regime, onde as redes de reciprocidade eram definidas a partir da prestação de serviços e de uma conseqüente recompensa. É importante salientar que neste ambiente de trocas, também se inseria o conflito, pois no momento em que as regras do jogo eram alteradas por uma das partes envolvidas, verificava-se um esforço para restabelecer os antigos direitos.

No presente artigo, em específico, procuramos discutir parte da dinâmica de distribuição e circulação das armas no termo de Mariana, utilizando como base os dados retirados da análise de 145 inventários existentes no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, referentes ao período compreendido entre os anos de 1713³ e 1736.

Através dessa fonte foi possível verificar a distribuição das armas entre as freguesias que compunham o Termo de Mariana, se havia uma concentração desses armamentos sob o poder de uma determinada camada da população, o valor apresentado por esses instrumentos, a relação entre a posse de armas e o nível de riqueza e também em relação ao número de escravos. Além disso, identificamos os tipos de armas mais difundidos no período abordado. Com tais procedimentos, acreditamos ser possível identificar os indivíduos que teriam maior poder de agir ao lado da Coroa em caso de eventualidades (como motins organizados por homens livres, rebeliões escravas, etc).

O perfil de distribuição das armas no termo de Mariana

3 Não foram encontrados inventários referentes aos anos de 1707 a 1712 na Casa Setecentista de Mariana.

Como se dava a circulação desses instrumentos no dia a dia dos arraiais e vilas durante as primeiras décadas dos setecentos? Qual era seu valor monetário? Quais eram as armas mais utilizadas? Como era a distribuição desses instrumentos entre as várias camadas da sociedade? A dependência em relação ao uso de armamentos variava de acordo com as condições de cada localidade?

A descrição dos bens registrados nos inventários *post-mortem* fornece indícios importantes para verificarmos quais eram os principais tipos de armas mais utilizados pela população do termo da Vila do Carmo, entre os anos de 1713 a 1736. Através dos 145 inventários correspondentes ao período, contabilizamos um total de 496 armas, incluindo as de fogo e as brancas. No intuito de apresentarmos essas informações de forma mais clara e objetiva, organizamos o seguinte quadro:

Tabela 1- Distribuição percentual dos tipos de armas presentes nos inventários e valor médio

Tipo de arma	Número de armas		Valor em oitavas de ouro
	No. Absoluto	%	
Espingardas	145	29,2	9,5
Espadas	106	21,4	6
Pistolas	71	14,3	3,5
Facas	27	5,6	2,4
Catanas	22	4,4	2,3
Clavinas	24	4,8	7,3
Bacamarte	20	4,0	8,8
Espadim	16	3,2	7
Traçado	7	1,4	9
Facão	3	0,6	0,3
Bastão	2	0,4	0,4
Canivete	2	0,4	Não Avaliados
Taquarina	2	0,4	12
Carabina	1	0,2	5
Adaga	1	0,2	2
Sem especificação	47	9,5	8
Total	496	100	-

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

A presente quantificação nos permite perceber que a arma mais difundida entre os indivíduos inventariados era a espingarda, e seu valor médio também era o mais relevante⁴.

4 A taquarina apresenta um valor médio de 12 oitavas de ouro, entretanto não podemos considerá-la como a arma de maior valor pelo fato de termos encontrado apenas dois exemplares entre os bens inventariados.

Estes indícios podem ser reforçados pela bibliografia que aborda as inovações técnicas ocorridas neste contexto.

Segundo Romeiro⁵, a difusão da espingarda, especialmente entre os conquistadores paulistas, corresponde à evolução do setor bélico, onde os instrumentos que funcionavam à pederneira ou roldete foram gradativamente substituindo as armas à mecha. Dessa maneira, ela argumenta que na “guerra volante” esse modelo de arma era mais apropriado, pois, apresentava uma maior resistência à umidade e não dava pistas da localização de seu portador por dispensar o acendimento da mecha⁶. Concomitantemente, o quadro que organizamos acima demonstra a inexistência dos antigos mosquetes e arcabuzes entre os bens discriminados.

Liana Maria Reis afirma que as armas mais utilizadas nas Minas setecentistas por “militares, nobres e senhores” eram as espingardas a pederneira e as pistolas. Em contrapartida, as armas brancas – “faca, punhal, adaga, espadim, bordões, estoques e sovetas” - estariam mais presentes no cotidiano das camadas populares⁷.

Recorrendo novamente ao quadro acima descrito, podemos observar que a espada ocupa a segunda posição entre as armas mais difundidas durante o período abrangido por nossa pesquisa e seu valor médio ultrapassa o da pistola, arma de fogo bastante disseminada naquele período.

Analisando o contexto português diante do processo da Revolução Militar, Hespanha defende que a espada teria perdido cada vez mais espaço nos exércitos europeus como arma de combate da infantaria. Entretanto, sua utilização nos territórios ultramarinos ainda continuava presente de maneira significativa⁸, fator que poderia explicar a incidência desse modelo em nossas fontes

Podemos inferir também que o advento das armas de fogo acabou contribuindo para que alguns instrumentos de ataque e defesa se transformassem em símbolos de diferenciação social. O trabalho de Silvia Lara⁹ fundamenta alguns pontos que nos permitem compreender melhor porque o uso de espadas permaneceu tão frequente nas conquistas lusitanas, na

5 ROMEIRO, Adriana. As artes da guerra. IN: *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político*. BH: Editora UFMG, 2008, pp. 179-224.

6 Ibidem

7 REIS, Liana Maria. Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. In: *Revista Vária História*, n.31, UFMG, 2004, p.197.

8 HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.

9 LARA, Silvia H. Diferentes e desiguais. In: *Fragments setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de livre docência. UNICAMP, 2004.

medida em que percebe a atuação de alguns segmentos da sociedade no sentido de obter permissão para utilizá-las, assim como os espadins.

Em um contexto marcado pela existência da escravidão, os indivíduos – especialmente os libertos e os mestiços - buscavam as mais variadas estratégias para distanciar sua imagem do universo do cativo. Isso explicaria, por exemplo, o esforço realizado por um homem pardo, letrado, casado e filho de senhor de engenho, morador em Campus dos Goitacases, no sentido de obter permissão para o “uso do ornato da espada ou espadim”¹⁰.

Para além da análise referente aos tipos de armas mais difundidas - espingarda e espada - também foi importante verificarmos a distribuição dos armamentos de uma forma geral no termo de Mariana e os valores apresentados pelos mesmos. A Coroa portuguesa proibia a fabricação desses artigos e de pólvora em território ultramarino¹¹, sendo assim, a importação era a principal saída para garantir as demandas do mercado local. Neste sentido, Reis¹² argumenta que a dependência em relação às importações atingia principalmente as armas de fogo que, no início do século XVIII eram fornecidas pelo Reino ou outros países europeus.

Entretanto, a autora aponta para uma possível fabricação de armas brancas na própria capitania, já que esses instrumentos tinham origem artesanal e o ferro (material utilizado para a sua confecção) era encontrado em abundância na região. Neste caso, ela afirma que os responsáveis pelo dito ofício seriam os cativos, por constituírem o grupo que possuía o conhecimento metalúrgico durante o período colonial¹³ (Ibidem).

O argumento acima mencionado pode nos ajudar a compreender a variação entre os números referentes às armas de fogo e armas brancas inventariadas, visto que de maneira geral, as primeiras apresentaram valores mais elevados do que estas últimas. Sendo assim, carabina, bacamarte, clavina, armas de fogo não especificadas e espingardas apresentavam valores médios que variavam entre 3,5 e 9,5 oitavas de ouro. Em contrapartida, a avaliação correspondente às armas brancas - adaga, baeta, canivete, bastão, facão, traçado, espadim, catana, facas, espadas -, girava em torno de 0,3 e 7,0 oitavas de ouro¹⁴.

10 Ibidem

11 BOTELHO, Angela. Arma de fogo. In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Angela. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. BH: Autêntica, 2003

12 REIS, Liana Maria. Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. In: *Revista Vária História*, n.31, UFMG,2004.

13 Ibidem

14 Nesta análise não levamos em consideração a taquarina pelo fato de não termos conseguido identificar de forma precisa o tipo de arma a que este termo se refere. Entretanto, nossa suposição é que se tratasse de um instrumento de origem indígena produzido a partir da taquara.

Ainda assim, observamos que em alguns casos, as armas de fogo apresentavam valores inferiores às armas brancas, como é o caso das pistolas. Esta situação possivelmente está relacionada às péssimas condições materiais apresentadas por alguns de seus exemplares no momento da realização do inventário, já que a avaliação era determinada pelo estado em que os bens se encontravam e pelo grande valor social apresentado por determinados tipos, como é o caso da espada, como foi analisado anteriormente.

O acesso aos armamentos se dava, geralmente, através da compra em lojas estabelecidas na região¹⁵, de trocas ou através da aquisição de instrumentos usados, visto que a circulação de bens manufaturados era relativamente difícil naquele período. De acordo com Sheila de Castro Faria era muito comum que após a morte da pessoa seus bens fossem “repartidos entre os herdeiros ou vendidos em praça pública, onde os principais compradores eram, na maioria das vezes, os negociantes de artigos usados, que os revendiam além”¹⁶.

Através da análise do inventário de Antonio Lopes Chaves, morador na freguesia do Sumidouro e falecido em 1736 é possível verificar indícios claros desse tipo de procedimento, pois, três anos depois da data de sua morte encontramos um auto de arrematação referente aos seguintes bens: um par de botões, **uma catana**, uma bacia e um jarro, três pratos de estanho, uma vestia e calção de Holanda crua, um par de sapatos e um par de meias de seda. Todos os artigos foram arrematados por Joseph Luis de Oliveira que pagou por eles a quantia de 11 oitavas $\frac{1}{4}$ e 4 vinténs de ouro¹⁷.

A arrematação dos bens do Capitão Mor Pedro Frazão de Brito também trazem indícios sobre a questão acima mencionada. No mês de setembro de 1722 foram realizados dois leilões, onde haviam sido colocadas em pregão algumas armas de fogo pertencentes ao referido inventariado. No primeiro dia foi leiloada “uma arma de fogo aparelhada de prata, com 5 palmos de cano” e o Sargento Mor Aleixo Lemes da Silva deu o lance mais alto que correspondia a 18 oitavas de ouro, arrematando assim o dito artigo. Em seguida, Diogo da Silva Costa adquiriu outras 3 armas pelo lance de 28 oitavas de ouro.¹⁸

A abordagem que fizemos em relação ao comércio de armas usadas é baseada em dados qualitativos, pois, analisamos apenas alguns casos. Além disso, não podemos verificar a origem dos arrematantes e nem se os mesmos eram homens de negócio. Contudo, é bem

15 Ver: PEREIRA, Alexandra Maria. Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). Dissertação de mestrado UFJF, 2008.

16 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia brasileira em movimento: economia e diversidade*. Edição Reformulada. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004. v. 1, pp.77

17 AHCSM, Cx:61/ A: 61/ 1º of.

18 AHCSM, Cx132/ A: 2658 /2º of

provável que diante de “uma economia do reaproveitamento”¹⁹ a compra de armamentos usados constituísse um elemento importante para a dinâmica de distribuição das armas no termo de Mariana.

Podemos afirmar que a difusão dos armamentos dependia significativamente, não só de sua importância enquanto instrumento de ataque, mas também como elemento de diferenciação social. Sendo assim, torna-se necessário analisarmos a maneira como esses instrumentos estavam distribuídos entre os grupos que compunham a sociedade marianense naquele período.

Entretanto, a determinação desses segmentos sociais é uma tarefa complexa, visto que os inventários deixam várias lacunas, como por exemplo, o fato de haver a possibilidade da patente de um indivíduo não ser mencionada no processo. Além disso, a distinção social era uma característica que não se definia apenas pela posse de bens materiais.

As questões acima mencionadas nos levaram a adotar alguns critérios que a historiografia vem definindo como princípios fundamentais para a constituição das elites locais, são eles: as patentes militares, a ocupação de cargos camarários e a posse de cabedais²⁰.

No que diz respeito a essa última variável, consideraremos um elemento que correspondia a uma parte significativa dos bens inventariados, ou seja, o número de escravos. Segundo Francisco Vidal Luna²¹, durante o período de exploração aurífera na região das Minas, a posse da mão de obra cativa era primordial para o processo de acumulação de riquezas, visto que, os escravos eram responsáveis pela realização dos serviços destinados a prática da mineração- tanto no que se refere à extração do metal propriamente dito, como na construção das estruturas físicas exigidas por tal atividade. Além disso, as datas eram distribuídas pela Coroa de acordo com o potencial da força de trabalho apresentada pelo senhor²².

Tomando como base os elementos que podem nos ajudar a identificar os grupos privilegiados- seja pelas condições econômicas ou pelo status correspondente a cada

19 FARIA, op.cit , pp. 77

20 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto Imperial; Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.12007, p.121-194.

21 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. SP: FIPE/Pioneira, 1982.

22 Ibidem, pp. 6-9.

indivíduo - procuramos diferenciar a posse de armas entre a elite e a população em geral observando as categorias que se seguem²³.

Patentes

Nossa primeira estratégia foi relacionar a posse de armas com a ocupação de postos militares por parte dos inventariados:

Tabela 2. Distribuição de armas dos patenteados

Patenteados	Total de armas	Nº de armas para o grupo	Média por patenteado	Média Geral
21	496	154	7,3	3,4

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Entre um total de 145 indivíduos inventariados, verificamos a presença de 21 possuidores de patentes militares, que por sua vez, detinham 154 armas, o que correspondia a uma média de 7,3 armas para cada um deles. Esse valor está bem acima do número médio por inventariado, que é de 3,4. Dessa maneira, percebe-se a existência de uma estreita relação entre posse de patente militar e número de armas.

Também observamos os principais tipos de armas pertencentes aos possuidores de patentes e conseguimos definir algumas proporções dispostas na tabela a seguir:

Tabela 3. Média dos tipos de armas por patenteado

Tipo	Número de armas para o grupo de patenteados	Média por patenteado	Média geral
Espadas	29	1,4	0,7
Espingardas	54	2,5	1,0
Pistolas	24	1,1	0,5

23 Sabemos que o processo de conquista e povoamento dos sertões é um fator primordial no processo de distinção social, entretanto, através das fontes utilizadas nesse estudo – que se constituíram especialmente de inventários – não podemos realizar uma abordagem qualitativa desse tipo de atuação.

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Encontramos 29 espadas entre os bens materiais deixados por eles, o que determinava uma média de 1,4 para cada, número que também está acima da média geral de 0,7 espadas por inventariado.

Quanto às espingardas e pistolas, a relação entre patenteados e inventariados segue os parâmetros descritos acima. Encontramos 54 espingardas e 24 pistolas, ou seja, 2,5 e 1,1 por oficial respectivamente. Fica claro que esses dados também estão acima da média geral que é de 1,0 espingardas e 0,5 pistolas por inventariado.

Além de espingardas, espadas e pistolas, foram encontrados outros tipos de armas nos arsenais constituídos pelos patenteados, entre elas temos clavinas (9 unidades), bacamartes (10 unidades) e catanas (5 unidades). Essa última, não foi o único tipo de arma branca descrita nos inventários, pois, achamos também espadim, bastão, adaga, faca, baeta e traçado, entretanto, para cada um desses modelos contabilizamos entre uma e duas unidades.

Acreditamos que a relação entre patentes e posse de armas se deve à importância das mesmas para que esses indivíduos pudessem prestar serviços à Coroa, especialmente no que se refere à conquista e povoamento dos sertões, à defesa do território, à luta contra o gentio e quilombolas e à contenção de revoltas. Além disso, no caso de Minas Gerais a força armada foi essencial na disputa pelas melhores lavras e na luta pelos lugares de mando. A concessão ou a manutenção de patentes militares seria uma forma de retribuição dada pelo governo em reconhecimento aos serviços prestados por seus vassalos e esse processo significava um espaço de negociação entre o grupo e o centro de poder.

Nuno Gonçalo Monteiro analisa a importância dos exercícios militares praticados pela Primeira Nobreza do Reino no Oriente, nos quais a defesa da monarquia através das armas, nos momentos cruciais de sua fundação, implicaria na constituição de um pacto entre ambas as partes. Entretanto, este mesmo autor considera difícil a aplicação do conceito de “Guerra viva” para o Brasil, visto que a luta contra os povos indígenas não tinha o mesmo estatuto remuneratório que as ações bélicas realizadas em outras regiões. Desta maneira a nobreza do topo estaria ligada aos exercícios militares praticados na África e na Índia²⁴.

Em resposta a esta argumentação Maria Fernanda Bicalho²⁵ argumenta que na conquista da América portuguesa os indivíduos envolvidos também defenderam e sustentaram a monarquia à custa de suas vidas e de suas fazendas, sendo assim o conceito de “Guerra

24 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. Almanack Brasiliense*. SP, n.2, novembro de 2005.

25 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política de Antigo Regime. In: *Almanack Brasiliense*, n2, novembro de 2005.

Viva” poderia ser pensado em relação ao contexto brasileiro, pois, nesse caso também percebe-se um “caráter fundador (...) e de pacto entre conquistadores e Coroa, além disso, tanto a Primeira Nobreza do Reino quanto aqueles que atuaram na América se consideravam vassallos de um mesmo Rei (...)”²⁶

Outra questão importante salientada por ambos os autores é a centralidade do papel desempenhado pela monarquia no sentido de definir o espaço social nobiliárquico, pois esta, em troca dos serviços prestados, concedia benefícios materiais, mercês, honras e privilégios aos seus vassallos. Sendo assim, a expansão ultramarina ampliou os instrumentos de barganha tanto para a Coroa como para os conquistadores, visto que, os primeiros tinham uma diversidade de serviços a prestar e a última possuía maiores recursos para remunerar.

No Brasil colonial, os postos militares constituíam um importante meio de distinção social. Segundo Ana Paula Pereira Costa²⁷ (2006) a organização do exército português a partir de 1640 passou a se dar da seguinte maneira:

- Corpos regulares: força paga pela Fazenda Real, onde os oficiais eram ligados permanentemente à função militar.
- Milícias ou Corpos de Auxiliares: os oficiais não eram remunerados e o serviço era obrigatório para os civis. Esta força prestava auxílio às tropas pagas, mas não ficava permanentemente ligada à função militar.
- Ordenanças ou Corpos Irregulares: nesta força os oficiais não recebiam soldos, podiam continuar exercendo suas atividades e só se afastavam delas em caso de grave perturbação da ordem. Eram recrutados os indivíduos que se encontravam na faixa dos 18 aos 60 e todos eram obrigados a possuir armamentos de acordo com sua condição.

Observando a composição social do corpo dos oficiais que integravam as Ordenanças na Comarca de Vila Rica durante a segunda metade do século XVIII, a historiadora conclui que, ao contrário do que ocorria em Portugal, onde o nascimento contava significativamente para a ocupação de altas patentes, em Vila Rica o preenchimento dos principais postos da Ordenança dependia do exercício de cargos públicos, da posse de cabedal considerável, do oferecimento de serviços pecuniários à Coroa e da atuação na conquista de territórios coloniais²⁸.

A posse de patentes militares pelos inventariados representava uma recompensa aos serviços prestados em prol do Império. Dessa forma é possível inferir que o alto grau do posto

26 Ibidem, p.32

27 COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735- 1777)*. UFRJ. 2006. Dissertação de mestrado.

28 Ibidem

recebido ou mantido pelos indivíduos analisados pode estar ligado ao seu potencial bélico, onde se destacaria o fato de que o poder de ação dos mesmos, em momentos de necessidade de força armada, seria bem mais significativo.

Postos na Câmara

A observação do perfil apresentado pelos camaristas também foi outro caminho que procuramos traçar para alcançarmos o objetivo de descobrir as principais características referentes à posse de armas no universo dos grupos sociais privilegiados.

Tabela 4. Distribuição de armas dos oficiais camarários

Vereadores	Total de armas	Nº de armas para o grupo	Média por vereador	Média Geral
10	496	62	6,2	3,4

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Dentre os 145 inventários analisados pelo presente estudo, dez se referiam aos bens deixados por oficiais que ocupavam cargos na municipalidade²⁹.

Com relação às armas mais utilizadas por esse grupo, elaboramos o quadro a seguir:

Tabela 5. Média dos tipos de armas por oficiais camarários

Tipo	Número de armas para o grupo de oficiais camarários	Média por vereador	Média por patenteado	Media Geral
Espadas	11	1,1	1,4	0,7
Espingarda	22	2,2	2,5	1,0
Pistolas	6	0,6	1,1	0,5

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Foram encontradas para esse grupo um total de 62 armas, o que nos permite definir uma média de 6,2 armas para cada indivíduo, número que ultrapassa o valor encontrado para a média geral que é de 3,4. As espingardas aparecem em maior quantidade, somando um total de 22 unidades, o que corresponde a uma média de 2,2 armas para cada oficial, número que

29 Com relação a esses camaristas, é importante salientar que nos inventários de três deles não havia menção à posse de patentes militares. Dessa maneira, percebemos que os dados referentes a esse grupo serão muito aproximados daqueles que verificamos ao analisar o perfil dos patenteados.

está acima da média geral por inventariado que é de 1,0 e abaixo da média para patenteados que é de 2,5. O segundo lugar é ocupado pelas 11 espadas contabilizadas, indicando a proporção de 1,1 por indivíduo, que por sua vez está acima da média geral que é de 0,7 e abaixo da média para patenteados que é de 1,4. A seguir vem a pistola representada por 6 unidades, equivalendo assim a uma proporção de 0,6 unidades por indivíduo. Comparando esses dados com aqueles encontrados para os patenteados, percebemos que os oficiais da câmara estão abaixo da média em relação à posse desse tipo de arma, contudo, permanecem acima da média geral que é de 0,5. Deste modo, no contexto analisado a presença na Câmara parece ocupar posição secundária em relação à patente, no que se refere à posse de armas.

Ao refletirmos sobre os indícios trazidos pelos dados acima mencionados, a pergunta sobre a importância que a posse de armas constituía na trajetória desses camaristas é bastante óbvia. Sendo assim, para que seja possível encontrarmos algumas respostas, o diálogo com trabalhos que tratam do governo das municipalidades torna-se muito significativo.

A historiografia que se dedica ao estudo do período colonial brasileiro vem se debruçando sobre o poder desempenhado pelas câmaras neste período e como a possibilidade de ocupação destes postos foi importante para a conformação das elites locais. Essa instituição desempenhava funções políticas, administrativas, judiciais e assistenciais, apresentando-se ainda como um importante veículo de negociação entre a localidade e a Coroa³⁰.

As Câmaras se constituíram em um dos pilares fundamentais da sociedade portuguesa e o acesso aos seus cargos era monopolizado pela nobreza da terra. O Estado agia para que os cargos nas milícias e nas ordenanças, assim como os ofícios no governo da municipalidade, fossem ocupados somente por esses homens. Eram muitas as restrições sobre a elegibilidade, desta maneira, previa-se que os selecionados estivessem entre aqueles que já houvessem desempenhado cargos no governo da República, o que também permitia o acesso aos seus filhos e netos³¹. Observando esse contexto, nos vem a seguinte questão: a ocupação de ofícios na câmara, tanto nas conquistas quanto no centro do império, possuía o mesmo efeito no processo de nobilitação?

30 VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

31 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* (orgs). RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Nuno Monteiro³² aponta para um alargamento do atributo de nobreza que, a partir do século XV, passa a se relacionar mais com a qualidade do que com a função desempenhada pelos indivíduos na sociedade. Esse fato teria sido uma consequência do crescimento dos estratos sociais urbanos. Para evitar que o conceito se tornasse banal, a doutrina jurídica criou um novo estatuto diferenciando aqueles que ocupavam as novas funções sociais. E é dessa forma que surge o Estado do Meio, onde os indivíduos não possuíam a distinção da antiga nobreza, mas se destacavam em relação ao povo mecânico. Tal ascensão se dava pela prática de ações valorosas em benefício do Império e pelo exercício de cargos da “República”, ou seja, do governo da comunidade.³³

Partindo das proposições do autor acima mencionado, Bicalho³⁴ comenta que em Portugal o acesso aos mais altos graus de nobreza era dado pela participação nos cargos das instituições centrais da monarquia. Geralmente, quem conseguia atingir este patamar fazia parte da nobreza de sangue. Os ofícios na Câmara não tinham efeito comparável aos hábitos de cavaleiro das ordens militares, no sentido de auferir projeção social, pois a composição da nobreza institucional não se fazia entre os indivíduos considerados nobres no plano do direito. Nas pequenas localidades até mesmo os mecânicos podiam ocupar as vereações. As relações de força definidas a partir do contexto de cada região é que determinavam o acesso aos cargos das Câmaras. Dessa maneira, o reconhecimento dos camaristas enquanto nobres teria um caráter local.

Bicalho relativiza esta ideia demonstrando a especificidade das conquistas, argumentando que neste caso, os postos das vereações seriam um meio fundamental para o processo de nobilitação, de obtenção de privilégios e honras, na medida em que os homens da terra não conseguiam atingir as principais distinções da monarquia³⁵.

No que diz respeito ao caráter local da nobilitação na Colônia, Almeida afirma que, para alguns membros da elite mineira do século XVIII, foi possível o reconhecimento dessa condição no âmbito do Império. Mas, para isso, era necessário que os súditos se constituíssem enquanto nobreza da terra, estabelecessem laços fortes com o centro do Império - através do sistema de casamentos e do envio de filhos ou aparentados para o reino - e mantivessem

32 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. Almanack Brasiliense. SP, n.2, novembro de 2005.

33 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal. O antigo Regime (1620-1807)*, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

34 BICALHO, op.cit. 2001

35 Ibidem

relações de proximidades com os principais representantes do poder metropolitano, como governadores e vice-reis³⁶.

Mesmo a câmara não auferindo diretamente um reconhecimento da condição de nobreza que ultrapassasse o âmbito local, ela se constitui em um dos pontos fundamentais do caminho a ser traçado em busca de um reconhecimento a nível Imperial, mesmo porque apenas os “principais” de cada terra ascendiam a estes postos. Sendo assim, a ocupação de um cargo nessa instituição era, sem dúvida, um forte elemento de negociação entre os interesses locais e a monarquia³⁷.

O fato dos inventariados ocuparem cargos na câmara da Vila de Ribeirão do Carmo, além de indicar que os mesmos atuaram no processo de conquista do território³⁸, demonstra que eles seguiram as estratégias comumente traçadas por aqueles que procuravam se distinguir em uma sociedade regida pela lógica de Antigo Regime. Era a atuação na conquista que legitimava o estatuto desse grupo, e neste sentido a posse de armas era fundamental, pois, como já foi dito anteriormente, os perigos do sertão eram imensos e o uso da força se fazia fundamental para a definição do poder naquela sociedade em constituição.

Ademais, em momentos de distúrbios que poderiam colocar em risco a ordem estabelecida, o braço armado dos vassallos era de fundamental importância para a manutenção dos interesses imperiais e a prestação desses serviços se apresentava como um elemento indispensável no processo de negociação com a Coroa pela busca de privilégios. No ano de 1730, por exemplo, os oficiais da câmara da Vila do Carmo enviaram uma representação ao Conselho Ultramarino solicitando que o título de Cavaleiro oferecido pelo Rei em 1721, como forma de retribuição aos serviços prestados pelos ditos representantes do governo da municipalidade, fosse substituído pelo de fidalgo. No intuito de demonstrar a “lealdade de bons vassallos”, os camaristas destacavam, entre outros, os seguintes benefícios prestados:

Como foi na ocasião em que fomos socorrer a cidade do Rio de Janeiro, quando os Franceses nela entraram, em que gastamos cinco meses, deixando as nossas casas e fazendas com cavalos, negros, armas, pólvora e [bala], a nossa custa (...) Na ocasião em que Vila Rica se sublevou contra o Conde de Assumar, Governador destas

36 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto Imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1ª ed., vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

37 Ibidem

38 Sobre esse aspecto destacamos o estudo de Antonio Carlos Jucá de Sampaio, ao analisar a formação da comunidade mercantil carioca, no período colonial. O autor argumenta que a antiga nobreza defendia que por atuarem na conquista do território, tinham direito de exercer o poder político. C.f. A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (1690-1750). In: Almeida, Carla M.C de e OLIVEIRA, Monica Ribeiro de (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

Minas, em que com honra e risco de nossas vidas, defendemos a do mesmo Governador, e a jurisdição Real.³⁹

O documento acima mencionado ressalta, portanto, a atuação na conquista e a manutenção da governabilidade régia como pilares que assentavam o poderio deste grupo.

Escravos

A relação entre posse de armas e o número de escravos correspondente aos inventariados também é outro ponto que não pode ser excluído de nossa análise. De acordo com o já mencionado estudo de Luna⁴⁰, nas Minas Setecentistas prevaleciam as unidades produtivas onde a mão de obra era constituída por 5 ou menos cativos, fazendo-se minoria aqueles proprietários de grande escravaria.

Dessa forma, selecionamos entre os inventariados, aqueles que possuíam 40 escravos ou mais e consideramos esse fator como indicativo de riqueza.

Tabela 6. Relação de armas com o número de escravos

Senhores de escravos	Total de armas	Nº de armas para o grupo	Média por Senhor	Média por patenteado	Média por vereador	Média Geral
19	496	174	9,15	7,3	6,2	3,4

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Entre os 145 inventariados, encontramos um total de 19 senhores (13,1%) com plantéis que apresentavam tais características e esses, por sua vez, possuíam uma parte significativa do montante das armas discriminadas nos processos, mais precisamente 174. Dessa maneira, temos uma média de 9,15 armas para cada grande proprietário de escravos, número que está bem acima da média geral (3,4) e dos valores referentes aos patenteados (7,3) e camaristas (6,2).

No que tange aos tipos de armas mais presentes entre os bens descritos nos inventários dos grandes senhores de escravos, temos a relação abaixo:

Tabela 7. Média dos tipos de armas por Senhor de escravos

Tipo	Número de armas para o grupo de senhores	Média por senhor	Média por patenteado	Media Geral
------	--	------------------	----------------------	-------------

39 AHU. Cx:16/ Doc:96/ Cd:6

40 LUNA, op.cit.

Espadas	34	1,8	1,4	0,7
Espingarda	65	3,5	2,5	1,0
Pistolas	29	1,5	1,1	0,5

Fonte: Inventários post-mortem da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Mais uma vez a espingarda constitui elemento de destaque diante dos arsenais verificados, visto que, foram contabilizados 65 exemplares, o que nos leva a apresentar o valor aproximado de 3,5 para cada senhor. A seguir temos 34 espadas, com uma média de 1,8 por indivíduo, acompanhadas por 29 pistolas que garantiam a proporção de 1,5 armas para cada senhor.

Essas proporções, que dizem respeito às armas que apresentavam uma maior recorrência entre os bens descritos nos inventários de uma forma geral, demonstram que as médias desse último grupo estavam bem acima daquelas encontradas para os perfis anteriores.

Diante desses indícios colocamos várias questões: os grandes proprietários possuíam muitas armas para evitar a insubordinação dos escravos? A quantidade de armas era maior quando o número de escravos se elevava porque os senhores tinham o costume de armar seus cativos, ou seja, o poderio bélico desses indivíduos dependia da conjugação desses dois fatores? O fato dos senhores armarem seus escravos pode representar um grau significativo de negociação entre os mesmos? O poderio bélico dos principais da terra aumentava seu poder de barganha com a Coroa?

Tais questionamentos nos remetem a estudos que tratam da questão da escravidão no Brasil, onde aparecem visões que nem sempre estão em acordo. Alguns historiadores⁴¹ da década de 1960 e 1970 apontaram a violência como um dos instrumentos principais para a dominação do escravo pelo senhor. Essas perspectivas procuravam construir interpretações generalizantes sobre as relações de poder que se estabeleciam em uma sociedade escravista, não conseguindo atingir as especificidades e a própria experiência dos cativos. Esses eram vistos como coisa, ou seja, indivíduos cujo destino seria completamente definido pelos interesses senhoriais, caso os mesmos não se opusessem ao cativo, fugindo, formando quilombos ou se rebelando contra seus proprietários⁴².

Na década de 1980 surgiram novos olhares sobre a questão da escravidão no Brasil. Essas pesquisas valorizavam as experiências dos cativos e suas ações passaram a ser

41 CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. SP: Diefel, 1962 e GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. SP: Ática, 1990

42 ^{idem}

consideradas como elementos fundamentais para a compreensão da escravidão e de suas transformações. Segundo Silvia Lara “muitos estudos voltaram-se então para a análise das práticas cotidianas, costumes, enfrentamentos, resistências, acomodações e solidariedades, modos de ver, viver, pensar e agir dos escravos.”⁴³ Neste sentido, além dos grandes quilombos e das insurreições, as pesquisas também passaram a analisar as lutas cotidianas, o que permitiu uma rearticulação das dimensões da resistência escrava.

Esses estudos apontam para uma diversidade de relações que envolviam a experiência do cativo e a conquista da liberdade. Neste caso, a ação dos escravos variava entre a negociação e o conflito. E no que diz respeito aos aspectos metodológicos nota-se a utilização de novas fontes e procedimentos analíticos que atingem variantes nas ações de resistência, assim como espaços de autonomia para a formulação de uma cultura escrava. Ademais, a perseguição das estratégias estabelecidas por cativos e libertos permite a compreensão dos significados e das transformações contextuais que marcaram tais estratégias⁴⁴.

A mesma autora questiona a não abordagem da escravidão pelos historiadores que se dedicam ao estudo do período colonial embasados em novas perspectivas. Como essas pesquisas estão voltadas para a elite, não teríamos a construção de conhecimento que se dedicasse à história social⁴⁵ (Ibidem). Diante de tal limitação é conveniente recorrer a trabalhos que tratam desses aspectos, mesmo que de forma tangencial e contribuem para o desenvolvimento de nosso estudo.

Um texto de João Fragoso que se refere especialmente à nobreza, mas que ainda assim traz novos olhares para a questão da escravidão no período colonial é “A nobreza vive em Bandos.”⁴⁶ Neste trabalho, o autor se dedica à análise de importantes elementos que permitem compreender não só as relações entre senhores e escravos, mas também as experiências e os interesses vividos pelos últimos.

Seu objetivo é estudar a formação da elite carioca no século XVII e para isso investiga as redes de reciprocidade estabelecidas pelo grupo – não só entre si – mas também com outros segmentos da população, como índios e escravos.

Ao investigar os laços estabelecidos entre senhores e escravos, Fragoso argumenta que para a interpretação da escravidão é preciso considerar o conflito e a tensão, visto que as

43 LARA, Silvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI-XIX*. SP: Alameda, 200, p.25.

44 Ibidem

45 Ibidem

46 FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séc XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, v.8, n.15, p.11-35.

fugas, formação de quilombos e revoltas foram recorrentes. Entretanto, não é possível fechar os olhos para os espaços de negociação que se faziam presentes.⁴⁷

Observando a atuação de alguns bandos da nobreza, verificou que os escravos se sentiam enquanto parte dos mesmos. Isso se explica porque em vários momentos houve uma convergência de interesses entre senhores e cativos. Na cidade do RJ era comum que os escravos constituíssem famílias e tivessem espaço para o cultivo de roças usadas para seu sustento. O historiador também verificou que nos momentos de confronto entre os bandos, os senhores armavam seus escravos para a luta. Neste caso, o que temos não é apenas a vontade do proprietário em defender seus bens e o seu lugar de poder na sociedade, mas o interesse dos cativos em garantir a manutenção de seus roçados. Estes fatos representam um grau significativo de negociação na senzala.⁴⁸

Fica claro através da presente pesquisa, que o reconhecimento do escravo enquanto tal, não se fazia exclusivamente pela violência, mas tinha na política a sua principal característica, pois o escravo deveria se reconhecer em uma condição de qualidades inferior à de seus senhores⁴⁹. (Ibidem)

No processo de negociação, ambas as partes estavam sempre ganhando e ao mesmo tempo abrindo mão de algo. Por exemplo, ao conceder o direito de cultivar roças aos seus escravos, o senhor perdia espaço de produção e tempo de mão de obra trabalhando em seu benefício direto. Entretanto, o escravo agraciado se acomodaria ao cativo e se constituiria em um braço armado para lutar ao seu lado.

Acreditamos que em Minas Gerais essas condições também podem ser percebidas. Os laços definidos pela nobreza da terra com seus escravos foram fundamentais para que os primeiros pudessem prestar serviços à Coroa, recebendo em troca disso, privilégios, honras e mercês, elementos que lhes confiariam um caráter de distinção na sociedade, pois a ação dos senhores dependia da possibilidade que os mesmos tinham de confiar armas aos seus cativos.

Análises que se focam na trajetória de alguns indivíduos são especialmente relevantes para um maior entendimento sobre essa questão. Ao estudar a elite mineira setecentista, Carla Almeida⁵⁰ afirma que o Coronel Caetano Álvares Rodrigues usou sua bem-sucedida trajetória militar para acumular um número considerável de serviços prestados, que depois foram

47 Ibidem

48 Ibidem

49 Ibidem

50 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Do Reino às Minas: O "Cosmopolitismo" da elite mineira setecentista. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Ilha de Vitória: EDUFES. 2006.

usados na negociação com a Coroa pela concessão de mercês. Entre suas várias atuações é interessante mencionar, para o objetivo deste texto, a que ocorreu durante a Revolta de Vila Rica em 1720: atendendo ao pedido do Conde de Assumar, atuou na contenção do conflito e na punição dos culpados e para isso contou com a ajuda de 20 negros amados⁵¹.

Variações por localidade

Depois de relacionarmos os critérios- presentes nos inventários- que poderiam distinguir uma elite local com a posse de armas, conseguimos atingir alguns pontos que esclarecem o perfil de distribuição dos armamentos entre esse segmento da população. Se considerarmos o número médio de armas por inventariado, podemos observar que os indivíduos que compunham a elite daquele período possuíam mais armas do que o restante da população, entretanto, não havia uma diferenciação entre os tipos de armas mais utilizadas por cada grupo social, pois, a maioria dos modelos era bastante generalizado entre aqueles que apareciam como portadores. Além disso, a maior parte do arsenal desse grupo privilegiado se destacava na qualidade dos instrumentos possuídos, nos valores apresentados e na sua ornamentação.

Finalmente, precisamos verificar se a distribuição dos armamentos no Termo de Mariana variava de acordo com os locais de moradia dos inventariados. Para compreendermos esta questão elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 8 . Distribuição dos inventários e das armas por localidade

51 Ibidem

Localidade	Número de inventariados	Número de armas	Média de armas por inventariado
Guarapiranga	4	13	3,25
Itacolomim	4	4	1
São Caetano	14	86	6,14
Sumidouro	10	52	5,2
Mata Cavalos	2	9	4,5
Brumado	2	7	3,5
Catas Altas	7	42	6
Passagem	6	21	3,5
Gualhaxo	3	4	1,3
Gama	2	11	5,5
Bento Rodriguez	3	4	1,33
Infencionado	6	21	3,5
Vila de N.S. do Carmo	21	57	2,71
Ribeiro de Rocha	1	2	2
São Sebastião	11	56	5,09
Camargos	6	25	4,16
Furquim	9	14	1,55
Antonio Pereira	4	27	6,75
Monsus	3	3	1
Bacalhau	1	4	4
Sem localidade ou ilegível	26	34	1,3
Total	145	496	3,4

Fontes: Inventários da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º ofício.

Analisando os números presentes nesta tabela, podemos observar o perfil de distribuição das armas nas freguesias que compunham o termo de Mariana durante o período abrangido por nosso estudo⁵². Sendo assim, começaremos a análise partindo da freguesia de Antonio Pereira, para a qual encontramos 4 inventários, que correspondem a 2,7% de um total de 145 documentos analisados. Encontramos nos processos 27 armas, o que corresponde a um total de 6,75 armas por inventariado.

Para a freguesia de Camargos, que tinha Bento Rodrigues como arraial subordinado, encontramos 9 inventários, indicando assim uma proporção de 6% em relação ao total. Foram inventariadas 29 armas para essa região, sendo assim temos uma média de 3,2 armas por pessoa.

No que se refere a Catas Altas, temos 7 inventários, ou seja, 4% do montante analisado; entre eles foram contabilizadas 42 armas, número que proporcionou uma média de 6,0 por indivíduo.

52 Para estabelecermos a relação das freguesias, assim como suas respectivas localidades, utilizamos a tabela que a historiadora Maria do Carmo Pires elaborou com base nos dados do Códice Costa Matoso. C.f. PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/ Mariana e suas freguesias no Século VXIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de verança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008,p.28.

Uma das localidades que pertenciam à freguesia de Furquim era a do Gualhaxo, dessa maneira, observando a tabela da página anterior, verificamos 12 inventários para essas localidades, ou seja, 8,3% do total. Encontramos nessa região 18 armas, o que corresponde a uma média de 1,5 por inventariado.

Seis inventários eram referentes a moradores da freguesia de Inficionado, o que correspondia a uma proporção de 4 % do total de 145 processos. Neste caso, localizamos 21 armas, sendo assim temos uma média de 3,5 armas por indivíduo residente nesta localidade.

Encontramos 14 processos para a freguesia de São Caetano, o que determina uma porcentagem de 9,6% em relação ao total. Foram encontradas 84 armas, valor esse que estabelece um total de 6,14 armas por inventariado.

O acervo da Casa Setecentista de Mariana guarda 13 inventários da freguesia de São Sebastião, que compreende o distrito do Gama. Temos, assim, uma porcentagem de 8,9% em relação ao total. Entre os bens discriminados havia 67 armas, o que indica uma média de 5,15 armas por inventariado.

A freguesia de Sumidouro tinha Cachoeira do Brumado como seu arraial subordinado e para esses lugares foram contabilizados 12 inventários, número que abarca 8,3% do total de 145 inventários analisados. Encontramos aqui 59 armas, dessa forma temos a média de 4,9 armas por pessoa.

Para Guarapiranga e o arraial denominado Bacalhau temos 5 inventários, ou seja, 3,4%. Nestes documentos havia 17 armas, o que define uma média de 3,4 armas para cada indivíduo.

Também foram encontrados inventários referentes a pessoas que moravam na Vila do Carmo. Para essa região encontramos 21 inventariados - valor que corresponde a 14% do total - e 57 armas, que proporcionam uma média de 2,7 instrumentos por inventariado.

Os arraiais de Passagem, Mata Cavalos e Itacolomim se localizavam próximos à Vila do Carmo. No primeiro caso temos 6 inventários, que compunham 4% do total e 21 armas, o que corresponde à média de 3,5 por pessoa. Em relação ao segundo arraial encontramos 2 inventários 1,4% - e 9 armas, número que define uma proporção de 4,5 por indivíduo. Para o último caso, foram achados 4 inventários - 2,7% - e 4 armas, sendo assim, temos uma média de 1 arma por inventariado.

Finalmente, para 26 inventários não foi possível identificar o local de moradia, devido às condições materiais dos documentos ou à própria falta de informação trazida pelos mesmos. Nestes processos foi registrada a presença de 34 armas. Esse número implica em 18% do total de inventários analisados e uma média de 1,3 armas por inventariado. Sabemos

que tal proporção de ausência de localidades é bem significativa, porém acreditamos que a análise dos inventários cuja moradia é identificada pode nos fornecer indícios indispensáveis para a compreensão do perfil de distribuição das armas no termo de Mariana.

Os dados acima mencionados nos indicam que a maior média de armas por inventariado é referente às freguesias de Antônio Pereira, Catas Altas, São Caetano, São Sebastião e Sumidouro. Durante as três primeiras décadas do século XVIII, nessas localidades, estavam localizadas algumas das datas minerais mais importantes da região. Ademais, nelas residiam e/ou tinham propriedades alguns dos principais conquistadores das Minas, como Salvador Fernandes Furtado e Pedro Frazão de Brito, além de indivíduos que atuaram na contenção de conflitos que marcaram o contexto social naquele período, como foi o caso de Manoel Jorge Coelho e Francisco Ferreira de Sá.

Salienta-se também que a distância entre essas localidades e o centro administrativo do termo - Vila do Carmo - poderia obrigar esses homens a investir em armamentos, já que cotidianamente muito deles deveriam transitar pelas estradas para cuidar de seus negócios e desempenhar suas funções na administração pública, como era o caso de Furtado e Brito, que ocupavam cargos no governo da municipalidade. Ademais, é possível inferir que a maior incidência de armas nas regiões acima apontadas também estivesse relacionada ao fato de que os “homens bons” ali residentes contavam com uma maior possibilidade de negociação em relação ao poder metropolitano, estando assim menos limitados pela legislação que restringia o porte de armas.⁵³

Surpreendeu-nos o fato das freguesias de Guarapiranga e Furquim apresentarem um relativo baixo número de armas, pois essas regiões sofreram com ameaças de ataques indígenas que se tornaram frequentes após 1740. No entanto, o reduzido número de inventários referentes à Guarapiranga pode não possibilitar uma análise conclusiva, não refletindo a amplitude da região.

Em relação à Vila do Carmo, Passagem e Mata Cavalos e Itacolomim, notamos também um baixo índice de armamentos, o que poderia corresponder ao fato de existir um maior controle das autoridades no que diz respeito à posse de armas nas áreas urbanas. Essa hipótese torna-se mais plausível se considerarmos o bando de D. Braz Baltazar da Silveira, de 1714, onde o mesmo ordenava que todas as pessoas, independentemente da qualidade, ficavam proibidas de portar armas (quer fossem facar ou armas de fogo, curtas ou compridas)

53 Sobre a legislação que diz respeito ao porte de armas nas Minas setecentistas Cf. SALES, Izabella Fátima O. de. Difusão, status social e controle de armas na Mariana setecentista (1707-1736). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

dentro das vilas e povoações. Entretanto tinham permissão aquelas pessoas que se dirigissem aos sítios localizados dentro do distrito.

Considerações Finais

A análise dos dados presentes nos inventários permitiu-nos constatar que havia uma forte relação entre patentes militares, número de armas e de escravos, posse de cabedal considerável, local de moradia e, em alguns casos, a ocupação de cargos camarários. Através dessa comparação foi possível traçar um tipo de indivíduo que reunia as condições de prestar serviços para a Coroa, o que garantiria o espaço de barganha necessário para a aquisição de privilégios, cargos e honras, elementos essenciais no processo de distinção social.

Essa é uma generalização que obviamente marginaliza algumas especificidades. Entretanto, sua validade consiste em nos informar sobre o universo de possibilidades que envolvia os sujeitos, no período e na região sobre a qual se dedicou o presente estudo.

Entendemos que, investigações mais pontuais podem informar consideravelmente sobre parte das especificidades da vida colonial, como o processo de hierarquização da sociedade e o grau de independência frente aos pressupostos coloniais, visto que as relações entre metrópole e colônia eram marcadas pela constante negociação.

Fontes

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Inventários *post-mortem*- 1713-1736/ 1º e 2º ofício

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto Imperial; Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1ª ed., vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.121-194.

_____. Do Reino às Minas: O “Cosmopolitismo” da elite mineira setecentista. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Ilha de Vitória: EDUFES. 2006.

_____. e OLIVEIRA, Monica Ribeiro de (orgs) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. BH: Itatiaia, 1982, p.171.

BICALHO. Maria Fernanda Baptista. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império

ultramarino português. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima. In: *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. RJ: Mauad, 2005.

_____. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)* (orgs). RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política de Antigo Regime. In: *Almanack Brasiliense*, n2, p.21-34, novembro de 2005.

BOTELHO, Angela. Arma de fogo. In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Angela. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. BH: Autêntica, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. SP: Diefel, 1962.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade, Vila Rica (1735- 1777)*. UFRJ. 2006. Dissertação de mestrado.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia brasileira em movimento: economia e diversidade*. Edição Reformulada. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004. v. 1.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi. Revista de Historia*, vol5, UFJF. 2002, p. 41-70

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séc XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, v.8, n.15, p.11-35, 2003.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. V.1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. SP: Ática, 1990

HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.

LARA, Silvia H. Diferentes e desiguais. In: *Fragments setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de livre docência. UNICAMP, 2004.

_____. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de*

Governar: ideias e práticas políticas no Império português – séculos VXI-XIX. SP: Alameda, 2005.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. SP: FIPE/Pioneira, 1982.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. O antigo Regime (1620-1807), vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. O *Ethos* nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Brasiliense*. SP, n.2, p.4-20, novembro de 2005.

PEREIRA, Alexandra Maria. Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). Dissertação de mestrado UFJF, 2008.

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/ Mariana e suas freguesias no Século VXIII. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, p. 24-44 , 2008.

REIS, Liana Maria. Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. In: *Revista Vária História*, n.31, BH: Editora UFMG, p.166-188, 2004.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político*. BH: Editora UFMG, 2008.

SALES, Izabella Fátima O. de. Difusão, status social e controle de armas na Mariana setecentista (1707-1736). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (1690-1750). In: Almeida, Carla M.C de e OLIVEIRA, Monica Ribeiro de (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.139-141.

_____. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista brasileira de História*. [online]. Vol.17, n.34, p. 165-181,1997.